

Marcos Temáticos do PAE-PB e o PAN-Brasil

O Programa Estadual de Combate à Desertificação - PAE-PB está fundado na pretensão de articular as medidas necessárias ao direcionamento do semiárido paraibano à condição de um ambiente natural viável, economicamente e socialmente. As ações pretendidas serão todas movidas pela conjugação das diversas políticas públicas já em intervenção na área e quando necessário pela agregação ou a ativação de outros mecanismos referidos como de combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca no Estado da Paraíba.

Sincronização dos Eixos Temáticos do PAN-Brasil e do PAE-PB

As estratégias adotadas pelo PAE-PB foram construídas a partir das táticas extraídas da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – UNCCD, e que se fizeram presentes no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN-Brasil. Esta sincronização está expressa no quadro abaixo:

Eixos Temáticos PAN-Brasil		Eixos Temáticos PAE-PB	Temas de Concentrações Estratégicas PAE - PB
I	Conservação, Preservação e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	Base Biofísica e Sistemas de Produção	- Pesquisa: fomento e papel das instituições científicas; - Terras degradadas; - Manejo da agrobiodiversidade/Carbono; - Recursos hídricos e irrigação/Salinização.
II	Ampliação Sustentável da capacidade Produtiva/Gestão Democrática e Fortalecimento Institucional	Gestão territorial e institucional	- Ordenamento e gestão do território; - Matriz energética; - Assistência técnica; - Institucionalidades; - Gestão do PAE-PB.
II	Redução da Pobreza e da Desigualdade	Cidadania Ambiental	- Questão fundiária; - Políticas de crédito e incentivos fiscais; - Difusão de tecnologias agropecuárias e extrativistas sustentáveis; - Segurança alimentar/Agricultura Familiar; - Educação/Capacitação de Recursos Humanos.

Formulação do PAE-PB a partir das Oficinas Participativas

Nas Oficinas Participativas, realizadas em Campina Grande, Monteiro e Patos, buscou-se socializar, discutir, consolidar, e legitimar propostas de ações estratégicas para o PAE-PB. Procurou-se ainda a articulação e construção do documento executivo em atendimento à premissa do controle social e da pactuação de compromissos com os atores envolvidos na sua implementação.

Foram chamados a participar diretamente, trazendo as contribuições de suas competências, secretários e dirigentes de órgãos estaduais, dirigentes de órgãos federais, além de atores relevantes como dirigentes de entidades representativas do setor produtivo, da comunidade científica, associações estaduais dos municípios e dos parlamentos municipais e estadual, representantes da sociedade civil organizada, entre outros.

Nas chamadas para as oficinas invocou-se a necessidade de um amplo esforço articulado relacionado ao tema Semi-aridez e Desertificação na Paraíba, que resultasse, entre os benefícios diretos, no fortalecimento político-institucional da agenda nacional do Combate à Desertificação. As oficinas demonstraram o interesse dos diversos segmentos da sociedade do semiárido paraibano sobre o tema.

A marca do PAE-PB vai para além de um documento de política governamental ou de um convencional programa de governo. Pretende-se que o PAE-PB seja um instrumento de construção e referência para o uso produtivo e sustentável do espaço semiárido paraibano. Como instrumento de trabalho, intenta-se numa

construção coletiva de atores diversos, a geração eficaz de condições de exequibilidades das demandas referentes ao enfrentamento de efeitos naturais, sociais e econômicos de quadros possíveis e reais de desertificação e de secas.

Esta combinação de providências preliminares responde a expressão da intencionalidade da necessária viabilização das ações cujos objetivos finais sejam a preservação, a conservação e o manejo controlado dos recursos naturais do estado da Paraíba, presente nas ações propostas e na forma das estratégias definidas pelo programa PAE-PB.

A implementação de ações de combate a desertificação e de mitigação dos efeitos de secas no Estado da Paraíba, conforme concebidas no PAE-PB em consonância com o PAN-Brasil, cobra medidas primeiras ou imediatas que assegurem condições para as suas realizações. As providências preliminares dizem respeito aos aspectos jurídico-legais, de mobilização popular, políticos e quanto a administração e a operacionalização do PAE-PB.

As providências concernentes a preparação de instrumentos normativos e operacionais estão assim destinadas a assegurar a institucionalização do PAE-PB e compreendem, portanto, a criação de um suporte legal para a sua implementação e de seu sistema de Gestão com participação popular, com definição de encampamento político quanto ao alcance de diferentes esferas de governo.

As combinações de interesses diversos que perpassam o campo das ações programadas somam representações de agentes públicos, privados e não governamentais que carecem de articulações institucionais iniciais quanto a criação de cenários e espaços concretos para suas materializações.

A realização das três Oficinas Participativas para elaboração do PAE-PB ofereceu reflexões e encaminhamentos voltados para a viabilização das condições necessárias para a execução do Programa.

Ali, nos encaminhamentos de ações quanto as exigências de instalação das institucionalidades, já ficaram sugeridas os tipos de instancias que deveriam ser criadas a partir do aproveitamento das instituições já existentes, em atuação na esfera do poder estadual, assim como a realização de uma Oficina Estadual para a apresentação e discussão e validação do PAE-PB com a presença do Poder Executivo, do Ministério Público, Sociedade Civil e Entidades Religiosas.

Detalhamento da Gestão Proposta para a Execução PAE-PB

